

**UM HERÓI EM DOIS TEMPOS:
NECROLÓGIOS DE JOAQUIM NABUCO EM PERSPECTIVA COMPARADA**

*Luigi Bonafé**

Esta breve apresentação persegue o objetivo de socializar reflexões sobre as formas e funções das narrativas biográficas. Isto será feito a partir do que poderíamos chamar, um tanto inadequadamente, de estudo de caso. Trata-se de analisar os necrológios de Joaquim Nabuco (1849-1910) publicados por ocasião de sua morte, em 17 de janeiro de 1910, contrapondo-os aos elogios do *herói da abolição* elaborados no bojo das comemorações do centenário de seu nascimento, em 1949, e que tiveram à frente a figura não menos notável de Gilberto Freyre, conterrâneo de Nabuco.

Dois interesses analíticos estarão em jogo nesse “estudo de caso comparativo”. Um primeiro se insere no escopo mais amplo de minha pesquisa de pós-graduação sobre “Como se faz um herói republicano”.¹ Lida nessa chave maior, esta comparação serve menos ao intuito de explorar as comemorações do centenário do nascimento de Nabuco do que ao objetivo de compreender as formas específicas da consagração fúnebre do *herói da abolição* no contexto da Primeira República no Brasil.

Como argumenta José Murilo de Carvalho, “o processo de ‘heroificação’ inclui necessariamente a transmutação da figura real, a fim de torná-la arquétipo de valores ou aspirações coletivas”. O herói, assim, caracteriza-se “por ser parte real, parte construído, por ser fruto de um processo de elaboração coletiva”, e portanto, “nos diz menos sobre si mesmo do que sobre a sociedade que o produz”.² O foco central deste trabalho recai, então, sobre os *valores* ou *aspirações coletivas* que os necrológios de Nabuco pretendem fixar a partir da transmutação de sua figura real. Em outras palavras, este exercício comparativo tem por finalidade precípua entender o que há de particular na forma como Nabuco estava sendo consagrado herói republicano em 1910. Subjacente à reflexão está a hipótese de que o procedimento comparativo pode servir a uma melhor compreensão de diferenças e especificidades, mais do que à busca de semelhanças.

O outro interesse analítico que se busca submeter à reflexão coletiva neste Simpósio é de caráter mais ostensivamente teórico-metodológico. Há muito que historiadores vêm se debruçando sobre os vários tipos de narrativas de memória, sejam as histórias nacionais, institucionais, biográficas ou mesmo os mitos. A literatura sobre o tema é farta, tanto quantitativa quanto qualitativamente. Mas a ênfase desse tipo de estudo tem sido quase sempre conferida à função daquelas narrativas. A análise das formas discursivas de que se revestem as *obras de memória* costuma ser apenas instrumento de uma argumentação acerca de sua instrumentalização para fins específicos dos a(u)tores que as elaboram. As funções das construções mnemônicas, sua eficácia portanto, são evidenciadas retoricamente (e depreendidas logicamente) da análise de suas formas.³

O que se propõe aqui é uma maneira de abordar este tipo de discurso sem que se assuma a identidade entre o efeito esperado do discurso enunciado e sua recepção pelo público a que se destina. Em termos mais diretos, este trabalho ocupa-se exclusivamente com os interesses e projetos subjacentes às narrativas de memória analisadas, sem pretender arrolar especulações supostamente evidentes acerca de sua eficácia.

Releve o leitor, desde já, que os limites de espaço impostos ao texto impedem uma exposição mais longa e detida da análise que suporta as conclusões explicitadas adiante. As lacunas da argumentação, contudo, devem ser tributadas não só a esta imposição, mas também ao caráter embrionário e absolutamente inconcluso das reflexões que se seguem.

Primeiro tempo

Primeiro embaixador brasileiro nos Estados Unidos da América (e no mundo), Joaquim Nabuco faleceu em Washington no dia 17 de janeiro de 1910. Líder abolicionista, tinha se afastado voluntariamente da política parlamentar durante o primeiro decênio da República no Brasil. Embora fosse crítico da Monarquia e do Imperador D. Pedro II, enxergava no novo regime o fantasma do caudilhismo, da fragmentação territorial, da corrupção, do caos enfim.⁴

Mas a este período de ostracismo político correspondeu uma intensa atividade literária. Lutava contra o regime republicano da maneira que melhor sabia combater: através da batalha de idéias. Chegou a assinar o manifesto de fundação de um Partido Monarquista, em 1896, e publicou na imprensa diversos panfletos políticos de defesa do regime monárquico e de críticas à República. No entanto, a atividade que mais lhe consumiu durante boa parte dos anos 1890 foi o projeto de escrever a *Vida* de seu pai. *Um estadista do Império*, obra de 3 tomos (publicados entre 1897 e 1899) até hoje considerada um clássico da historiografia sobre o Segundo Reinado no Brasil, foi imediatamente consagrada pela crítica.

O reconhecimento intelectual o conduziria novamente a um papel de destaque no serviço do Estado. Campos Sales, eleito presidente da República, o convida para defender o Brasil na Questão de Limites com a Guiana Inglesa. Nabuco aceita o encargo em março de 1899, mas faz questão de reafirmar sua crença monarquista.⁵ Um ano depois já é funcionário da República.

Encerrado, em 1904, o arbitramento em torno da questão, Nabuco será nomeado para o cargo que ocupou até o fim da vida. Como embaixador brasileiro em Washington, seria uma espécie de “braço direito” do barão do Rio Branco, então Ministro das Relações Exteriores do Brasil e velho amigo de Nabuco. Os dois haviam sido abolicionistas e monarquistas. Agora compartilhavam um novo ideal: o pan-americanismo. Ao mesmo tempo que se ocupava da bem-sucedida tarefa de criar um corpo diplomático bem preparado e um lugar político para o Itamaraty no interior do Estado, o barão do Rio Branco empenhava-se na reorientação do eixo da política externa brasileira: da Inglaterra (e a Europa) para os Estados Unidos (e a América).

Nabuco foi o escolhido para a tarefa de promover a aproximação. Em 1906, aliás, conseguiu trazer a III Conferência Pan-americana para o Rio de Janeiro. Já no fim da vida, quase surdo, seria presidente do Congresso. Mas não sem antes declarar que “a República é incontestável”, atestando publicamente sua conversão ao novo regime.⁶

Em 1910, portanto, o embaixador brasileiro já era herói da República. Mesmo antes dela, aliás, já havia sido consagrado como herói da abolição. O que estava em jogo nos seus funerais, em termos simbólicos, era um esforço de re-significação do mito do herói em moldes necessariamente republicanos e mais amplamente difundidos. A retórica ritual estaria centrada, portanto, na sua atuação como diplomata da República e defensor do pan-americanismo. É o que evidenciam os vários aspectos formais do *ritual cívico* de que seu corpo foi objeto na capital do país, em abril de 1910.

Segundo tempo

Em 20 de maio de 1947, o então deputado federal Gilberto Freyre defende, em discurso escrito, a importância de comemorar-se o centenário de nascimento de Joaquim Nabuco, em 1949. O autor de *Casa Grande & Senzala* chega a sugerir ao Ministério de Educação e Saúde a instituição de um prêmio para o melhor ensaio sobre Nabuco e a publicação, em edição popular, dos discursos parlamentares em que o líder abolicionista subira à tribuna como reformador social.

Em dezembro de 1948, novo discurso do deputado Freyre defende a criação de um instituto de pesquisas com o nome de Joaquim Nabuco, argumentando que a homenagem acrescentaria "*ao efêmero e ao convencional das cerimônias simplesmente festivas e acadêmicas do centenário do grande brasileiro, alguma coisa de duradouro e fora das convenções*".⁷ Quase imediatamente, em 1º de janeiro de 1949, o *Diário de Pernambuco* publicou matéria com um voto de louvor e de confiança ao instituto em gestação: "*Com o Instituto Joaquim Nabuco volta o Recife ao antigo esplendor de Centro de Renovação Social e Intelectual do Brasil*".⁸

Mais de 50 anos depois, já sob o governo Lula, o então ministro da Educação Cristovam Buarque pronunciou palestra na então Fundação Joaquim Nabuco. Remetendo-se à memória do líder abolicionista, afirmava a necessidade de "*completar a República, (...) fazer a segunda abolição. A chave disso é a educação do povo brasileiro. Esse é o desafio*

que temos pela frente. E a Fundação Joaquim Nabuco deve liderar esse movimento de pensar o Brasil com olhos alternativos.” Atualmente (2005), e alinhada com o Programa de Governo do presidente Lula, a Fundação Joaquim Nabuco apresenta entre suas diretrizes gerais contribuir “**com estudos e pesquisas da realidade do NE para a difusão cultural, na perspectiva de ajudar a estruturação de projetos de desenvolvimento sustentável e inclusão social em diversas áreas**”, além de “**aprofundar os estudos sobre o pensamento de Joaquim Nabuco**”, entre outros objetivos mais específicos.

Ressalvadas as especificidades de cada momento, e os respectivos projetos políticos a que serve o suposto resgate do legado intelectual e político de Nabuco, o que todos esses enunciados discursivos enfatizam é o *pensamento* do ex-líder abolicionista em favor de *reformas sociais*. Em fins da década de 40, tanto quanto no início do século XXI, o que sobressai é a figura do intelectual e do reformador. Seu pensamento deve ser estudado e divulgado “em edição popular”; seu nome é mobilizado na criação de um instituto de fomento a pesquisas sociais que contribuam para entender a “realidade do Nordeste”, subsidiando “projetos de desenvolvimento sustentável e inclusão social”.

Definitivamente, não é o diplomata da República que se quer consagrar, nem em meados do século passado nem em princípios deste.

Comparando para diferenciar

A memória que se consagrou em torno da figura de Nabuco é quase toda remetida à luta pela abolição. Sua trajetória sob a República, sua conversão ao novo regime, sua defesa do pan-americanismo, sua atuação como embaixador do Brasil nos Estados Unidos, entre outros aspectos da vida do *herói da abolição*, são hoje conhecidos apenas entre especialistas, particularmente diplomatas.

Mas este *enquadramento* da memória de Joaquim Nabuco é mais recente do que parece. Ele parece datar, no máximo, da década de 1940, quando seu conterrâneo Gilberto Freyre promove as comemorações do centenário do nascimento de Nabuco, que se

completaria em 1949. Um livro publicado neste mesmo ano fornece algumas evidências neste sentido. Trata-se de coletânea organizada por Ubaldo Soares e sugestivamente intitulada *Os louros do Brasil a Joaquim Nabuco*.⁹ Ela compõe-se de mais de 60 textos (ou discursos transcritos) sobre Joaquim Nabuco publicados entre fins do século XIX e meados do século XX. Uma preocupação evidente na obra é a seleção de textos escritos em diferentes regiões do país, o que assinala a intenção de enfatizar a admiração nacional pela figura do herói. Assinam os “artigos” do livro, entre outros, críticos literários (como João Ribeiro, Silvio Romero, José Veríssimo), amigos de Nabuco (como Machado de Assis e Graça Aranha), intelectuais de toda espécie (Barbosa Lima Sobrinho, Oliveira Viana, Gilberto Freyre, Tristão de Athayde, Mucio Leão, Olavo Bilac etc.), diplomatas notórios (Raul Fernandes e Rui Barbosa, por exemplo) etc.¹⁰

Dentre os discursos selecionados para publicação no livro, predominam os que tratam primordialmente da atuação de Nabuco em favor da libertação dos escravos (ou, se se preferir, de reformas sociais). Mas todos os outros aspectos da vida pública do ex-líder abolicionista estão ali contemplados: o literato, o historiador, o político, o orador, o diplomata, o embaixador, o acadêmico etc. Os discursos enunciados em 1949, entretanto, ou se referem simultaneamente a Nabuco e Rui (ambos abolicionistas, mas ambos também diplomatas sob a República) ou, mais freqüentemente, remetem à campanha de Nabuco pelo fim da escravidão.

Em 1910, por outro lado, os necrológios do *herói* apontam simultaneamente para três elementos centrais da vida de Nabuco. Além da campanha pela Abolição no Império, nunca esquecida, os discursos fúnebres ressaltam em Nabuco os seus atributos de orador (em favor da libertação dos escravos), homem de letras e diplomata (da República). Como já apontou João Felipe Gonçalves em relação aos discursos sobre Rui Barbosa quando de sua morte,¹¹ também estão presentes nos necrológios de Nabuco a afirmação da *sobrevivência* de sua obra ou/e de sua alma ao falecimento de seu corpo, a recorrência das referências às emoções de seus admiradores (e da Pátria em luto) tanto quanto às atribuídas ao próprio homenageado, e a afirmação de sua individualidade, sua singularidade.

Mas, para além destas características típicas dos “rituais fúnebres-cívicos” de heróis nacionais durante a Primeira República,¹² o que ressalta dos discursos enunciados neste momento, quando comparados aos discursos de 1949, é o destaque conferido à suas qualidades de homem de letras e, principalmente, de diplomata da República. Em alguns destes discursos é evidente a desqualificação do monarquismo de Nabuco nos primeiros tempos do novo regime, ou a afirmação das tendências republicanas de seu pensamento, supostamente presentes em seus pronunciamentos no Parlamento desde fins do Segundo Reinado, durante a campanha pela abolição.

O *enquadramento* que “venceu”, ou melhor, que sobreviveu e se perpetuou, e que hoje nos faz associar quase automaticamente a imagem de Nabuco à luta campanha abolicionista, parece ter menos a ver com os projetos de construção de uma galeria de vultos históricos gestados durante a Primeira República do que com os termos de sua consagração por ocasião das comemorações do centenário de seu nascimento, em 1949. Quase quatro décadas após a sua morte, o Nabuco que Gilberto Freyre procurava consagrar era o símbolo de uma intelectualidade nordestina, preocupada com a resolução dos graves problemas sociais daquela região — *enquadramento* inscrito no projeto e nos objetivos do Instituto Joaquim Nabuco que o deputado pernambucano propõe ao Parlamento em 1948. Ele se insere, ademais, na lógica discursiva que associa o Nordeste, “um lugar imaginário e real no mapa do Brasil”, a um repertório de estereótipos e mitos centrados nas noções de miséria e atraso. Uma região que, aliás, não existia em 1910, e em cuja invenção Gilberto Freyre se engajaria ativamente.¹³

* Luigi Bonafé é aluno do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (RJ) e membro do Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI), da mesma instituição.

¹ Trata-se de pesquisa, ainda em andamento, sobre a trajetória política de Joaquim Nabuco sob a República, cujos objetos preferenciais são os rituais de consagração do ex-líder abolicionista como herói republicano. O recorte cronológico privilegiado, portanto, limita-se ao curto período de sua vida em que serviu à República: os cerca de 11 anos decorridos entre 1899 e 1910. Entre aqueles rituais, destacam-se os funerais de Nabuco nos Estados Unidos e no Brasil, em 1910.

² CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 14.

³ Argumento parecido é desenvolvido brilhantemente em: CARDOSO, Ângela Miranda. "Ritual: princípio, meio e fim. Do sentido do estudo das cerimônias de entronização brasileiras." In: JANCSÓ, István (org.) *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo-Ijuí: Hucitec; Ed. Unijuí; FAPESP, 2003. p. 549-602.

⁴ Pude desenvolver melhor estas impressões iniciais de Nabuco sobre a República, obtidas a partir de sua correspondência, em: BONAFÉ, Luigi. "A correspondência particular de Joaquim Nabuco com o Barão do Rio Branco." *Revista do IHGB*, ano 165, n° 424, p. 11-38, jul./set. 2004.

⁵ Da perspectiva adotada aqui, cabe destacar dois fatos nem um pouco gratuitos: o convite de Campos Sales é posterior à consagração intelectual de Nabuco na capital da República; e seu aceite só ocorre no contexto da estabilização do país e do governo — posteriormente formalizada, em termos institucionais, através de um novo pacto federativo, conhecido pelo nome de *política dos governadores*. Renato Lessa chamou-o de *Modelo Campos Sales*. No novo arranjo político, implementado a partir de 1898, o governo era idealizado pelo presidente como "um ente despolitizado", numa concepção oposta ao modo de fazer e conceber a política predominante no período anterior, tratado por Lessa como "A década do caos (1889-1898)". A mudança de postura de Nabuco não pode ser descolada desses processos. Ver LESSA, Renato. *A invenção republicana*. Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira. 2ª ed. rev. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999. As citações são das páginas 14 e 26. A este propósito, aliás, cabe citar frase de Nabuco em carta a Soares Brandão sobre o evento mencionado: "Foi sabendo-se de minhas idéias que fui convidado [pelo Presidente Campos Sales], e foi afirmando-as que aceitei". Carta de Joaquim Nabuco a Soares Brandão, 8 de março de 1899 *apud* VIANA FILHO, Luís. *Três estadistas*: Rui, Nabuco, Rio Branco. Notas de Eduardo Portella et al. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília: INL, 1981. p. 600.

⁶ Cf. discurso pronunciado por Nabuco em banquete realizado em sua homenagem no Cassino Fluminense. Ver: NABUCO, Joaquim. "A República é incontestável". In: _____. *A abolição e a República*. Recife: Editora da UFPE, 1999. p. 93-102.

⁷ Cf. informações institucionais no *site* da Fundação Joaquim Nabuco. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br>. Todas as citações sobre a história e as diretrizes da FUNDAJ que se seguem foram retiradas desta mesma fonte.

⁸ Idem, *ibidem*.

⁹ SOARES, Ubaldo (org.). *Os louros do Brasil a Joaquim Nabuco*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1949.

¹⁰ Note-se que esta classificação dos autores dos elogios a Nabuco em "categorias" (intelectuais, amigos, diplomatas, críticos literários) é extremamente arbitrária e pouco rigorosa, considerando-se que até pelo menos meados dos anos 30 os intelectuais brasileiros transitavam livremente entre essas várias "especialidades" profissionais.

¹¹ GONÇALVES, João Felipe. "Enterrando Rui Barbosa: um estudo de caso da construção fúnebre de heróis nacionais na Primeira República". *Estudos Históricos*, vol. 14, n° 25, p. 135-161, 2000. Os elementos mencionados dos discursos fúnebres sobre Rui Barbosa são analisados nas páginas, 142 a 144.

¹² Cf. GONÇALVES, op. cit., p. 148.

¹³ Cf. ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 2ª ed. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2001.